

Secretaria Municipal da Educação de Palmas do Tocantins

# **SEMED-PALMAS**

## **Técnico Administrativo Educacional**

# SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
■ <b>INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS E ANÁLISE GLOBAL DO TEXTO: VARIEDADE DE TEXTOS E ADEQUAÇÃO DE LINGUAGEM.....</b>	<b>9</b>
INFORMAÇÕES LITERAIS E INFERÊNCIAS.....	9
■ <b>RELAÇÕES ENTRE FONEMAS E GRAFIAS.....</b>	<b>11</b>
ORTOGRAFIA.....	12
ACENTUAÇÃO GRÁFICA.....	15
■ <b>DISCURSO DIRETO E INDIRETO.....</b>	<b>15</b>
■ <b>EMPREGO DAS CLASSES GRAMATICAIS.....</b>	<b>17</b>
FLEXÕES: GÊNERO, NÚMERO E GRAU DO SUBSTANTIVO.....	17
FLEXÕES: GÊNERO, NÚMERO E GRAU DO ADJETIVO.....	19
■ <b>ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO E DOS PARÁGRAFOS: RECURSOS DE COESÃO E COERÊNCIA.....</b>	<b>37</b>
■ <b>FIGURAS E FUNÇÕES DA LINGUAGEM.....</b>	<b>42</b>
■ <b>GÊNEROS TEXTUAIS.....</b>	<b>45</b>
■ <b>NOÇÕES DE LINGUÍSTICA GERAL.....</b>	<b>49</b>
■ <b>PONTUAÇÃO.....</b>	<b>50</b>
■ <b>SINTAXE: TERMOS DA ORAÇÃO.....</b>	<b>52</b>
PROCESSOS DE COORDENAÇÃO.....	58
PROCESSOS DE SUBORDINAÇÃO.....	59
REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	61
■ <b>SIGNIFICAÇÃO CONTEXTUAL DE PALAVRAS E EXPRESSÕES.....</b>	<b>68</b>
■ <b>REDAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIAS OFICIAIS.....</b>	<b>70</b>
HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO TOCANTINS.....	113
■ <b>O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO ESTADO E SUAS DIFERENTES FASES: PERÍODOS COLONIAL, IMPERIAL E REPUBLICANO.....</b>	<b>113</b>
POVOAMENTO E EXPANSÃO ATRAVÉS DA EXPLORAÇÃO DO OURO, DA NAVEGAÇÃO, DAS ATIVIDADES DE MINERAÇÃO E DA AGROPECUÁRIA.....	113

<b>HIERARQUIA URBANA, SÍMBOLOS, ESTRUTURA DOS PODERES .....</b>	<b>116</b>
Organização Política e Territorial, Divisão Política, Regiões Administrativas, Regionalização Do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) .....	116
<b>■ PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL, MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E MOVIMENTOS POLÍTICOS .....</b>	<b>117</b>
<b>■ A CONSTRUÇÃO DA RODOVIA FEDERAL BR-153 E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA E SOCIEDADE TOCANTINENSES .....</b>	<b>118</b>
<b>HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE PALMAS: HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DE PALMAS .....</b>	<b>118</b>
Estudo da População e sua Dinâmica Populacional, Migração, Estrutura Etária, Indígenas e Quilombolas .....	118
<b>URBANIZAÇÃO .....</b>	<b>121</b>
Matriz Produtiva, Matriz Energética, Matriz de Transporte e Unidades de Conservação .....	121
<b>■ LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, DIVISÃO POLÍTICA E MEIO AMBIENTE .....</b>	<b>122</b>
<b>CLIMA .....</b>	<b>123</b>
<b>VEGETAÇÃO .....</b>	<b>124</b>
<b>RELEVO .....</b>	<b>126</b>
<b>HIDROGRAFIA .....</b>	<b>127</b>
<b>■ SOCIEDADE .....</b>	<b>130</b>
<b>POPULAÇÃO .....</b>	<b>130</b>
<b>■ SÍMBOLOS: BRASÃO, BANDEIRA E HINO .....</b>	<b>131</b>
<b>LEGISLAÇÃO PERTINENTE A PALMAS/TO .....</b>	<b>135</b>
<b>■ PODERES: JUDICIÁRIO, LEGISLATIVO E EXECUTIVO .....</b>	<b>135</b>
<b>■ LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PALMAS, DISPOSIÇÕES PRELIMINARES: DO MUNICÍPIO, DA COMPETÊNCIA, DAS VEDAÇÕES .....</b>	<b>140</b>
<b>DISPOSIÇÕES PRELIMINARES: ESTRUTURA DO MUNICÍPIO .....</b>	<b>140</b>
Do Processo Legislativo: Disposições Gerais; das Emendas à Lei Orgânica; das Leis; da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial .....	140
Do Poder Executivo: das Atribuições do Prefeito; das Atribuições dos Secretários Municipais; Procuradoria-Geral do Município .....	140
Da Organização do Governo Municipal: da Administração Municipal; do Registro dos Atos Administrativos; dos Bens Municipais .....	141
<b>■ LEI Nº 2.998, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023 .....</b>	<b>141</b>

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL.....	147
■ PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL: LEI Nº 14.640, DE 2023 .....	147
■ ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS: LEGISLAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO.....	152
■ LEI Nº 13.005, DE 2014: PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO .....	155
■ ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: LEI Nº 8.069, DE 1990.....	157
■ CONSTITUIÇÃO FEDERAL .....	210
■ LEI Nº 9.394, DE 1996: LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL.....	214
SISTEMAS DE ENSINO NO BRASIL .....	214
■ DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	238
■ PARÂMETROS NACIONAIS DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL .....	243
■ FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....	244
■ POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....	246
■ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC .....	248
■ PLANO NACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA/2013.....	258
■ PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.....	259
■ PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO .....	263
■ DOCUMENTOS CURRICULARES DO ESTADO DO TOCANTINS .....	264
■ PORTARIA Nº 506, DE 2024 .....	265
■ DECRETO Nº 11.556, DE 2023 .....	265
■ LEI Nº 14.113, DE 2020.....	266
■ EJA: RESOLUÇÃO CNE Nº 01, DE 2021 .....	277
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	293
■ GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA .....	293
■ TRABALHO ESCOLAR E TEORIAS ADMINISTRATIVAS .....	295
■ ROTINAS ADMINISTRATIVAS EDUCACIONAIS .....	297

■ CENSO ESCOLAR .....	297
SISTEMA EDUCACENSO .....	297
■ PNLD – PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO.....	298
■ PLATAFORMA CNCL – COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA .....	298
■ FUNDEB – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	299
■ SISTEMA PDDEWEB.....	310
■ FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO .....	310
■ PNATE – PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR.....	311

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA

A gestão democrática está associada à democratização e à participação efetiva e responsável de todos que integram a comunidade escolar em prol da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem. Conforme Oliveira, Moraes e Dourado (s.d., p. 4),

*A gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola.*

Desse modo, a participação efetiva desafia-nos a olhar a escola como um elo mediador que precisa se voltar para os diferentes espaços escolares, considerando-os como ambientes de participação e envolvimento entre estudantes e suas famílias. Os autores afirmam, ainda, que a gestão democrática implica

*[...] a efetivação de novos processos de organização e gestão baseados em uma dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos de decisão. Nesse sentido, a participação constitui uma das bandeiras fundamentais a serem implementadas pelos diferentes atores que constroem o cotidiano escolar. (s.d., p. 11)*

Neste sentido,

*[...] a gestão democrática tem sido defendida como dinâmica a ser efetivada nas unidades escolares, visando a garantir processos coletivos de participação e decisão. Tal discussão encontra respaldo na legislação educacional. (OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, s.d., p. 3).*

Oliveira, Moraes e Dourado (s.d., p. 1) destacam que:

*Gestão democrática, gestão compartilhada e gestão participativa são termos que, embora não se restrinjam ao campo educacional, fazem parte da luta de educadores e movimentos sociais organizados em defesa de um projeto de educação pública de qualidade social e democrática.*

### CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Cumpramos ressaltar que a gestão democrática constitui um dos princípios que norteiam o ensino. Vejamos o texto legal:

### Constituição Federal de 1988

**Art. 206** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei.

A Constituição Federal de 1988 estabelece princípios para a educação brasileira, dentre eles: obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade e **gestão democrática**, sendo esses regulamentados através de leis complementares.

### GESTÃO DEMOCRÁTICA NA LDB (LEI Nº 9.394, DE 1996)

Tal qual a Constituição Federal, a LDB, de 1996, determina que um dos princípios que deve reger o ensino público no país é o da gestão democrática. Vejamos o texto do *caput* e inciso VIII, do art. 3º dessa Lei:

**Art. 3º** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

Em seus arts. 14 e 15, a LDB apresenta as seguintes determinações no tocante à gestão democrática:

**Art. 14** Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

**Art. 15** Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Com relação ao que estabelecem esses dispositivos, Vieira (2005) afirma que a:

*[...] gestão democrática do ensino público na educação básica aos sistemas de ensino, oferece ampla autonomia às unidades federadas para definirem em sintonia com suas especificidades formas de operacionalização da gestão, com a participação dos profissionais da educação envolvidos e de toda a comunidade escolar e local.*

Veiga (1998, p. 16-19), ao discutir a autonomia da escola, destaca quatro dimensões consideradas básicas para o bom funcionamento de uma instituição educativa e que devem ser relacionadas e articuladas entre si:

- **Autonomia administrativa:** consiste na possibilidade de elaborar e gerir seus planos, programas e projetos;
- **Autonomia jurídica:** diz respeito à possibilidade de a escola elaborar suas normas e orientações escolares em consonância com as legislações educacionais, como, por exemplo, matrícula, transferência de alunos, admissão de professores, concessão de grau;

- **Autonomia financeira:** refere-se à disponibilidade de recursos financeiros capazes de dar à instituição educativa condições de funcionamento efetivo;
- **Autonomia pedagógica:** consiste na liberdade de propor modalidades de ensino e pesquisa. Está estreitamente ligada à identidade, à função social, à clientela, à organização curricular, à avaliação, bem como aos resultados e, portanto, à essência do projeto pedagógico da escola.

Em seu art. 56, a LDB apresenta a seguinte determinação no tocante à gestão democrática nas instituições públicas:

**Art. 56** *As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.*

É importante destacar que a gestão democrática nas instituições públicas é prevista, também, no inciso V, do art. 206, da Constituição Federal. Vejamos:

**Art. 206** *O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...]*  
*VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei.*

#### DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS GERAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

A Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. A norma abrange o tema “gestão democrática” no Título II, que trata sobre as Referências Conceituais. Vejamos o que dispõem o *caput* e inciso VIII, do art. 4º:

**Art. 4º** *As bases que dão sustentação ao projeto nacional de educação responsabilizam o poder público, a família, a sociedade e a escola pela garantia a todos os educandos de um ensino ministrado de acordo com os princípios de: [...]*  
*VIII - gestão democrática do ensino público, na forma da legislação e das normas dos respectivos sistemas de ensino; [...]*

#### PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – LEI FEDERAL 13.005, DE 2014

O Plano Nacional de Educação prevê a efetivação da Gestão Democrática, dentro de dois anos, por meio de estratégias de políticas nacionais. Veja o que dispõe o art. 2º, da Lei nº 13.005, de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação:

**Art. 2º** *São diretrizes do PNE: [...]*  
*VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;*

Nesse sentido, acompanhe o que aponta a meta 19 do PNE:

**Meta 19:** *Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto*

A meta 19 dialoga com os princípios dispostos na Constituição Federal (VI, art. 206) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (VIII, art. 3º; art. 14), que estabelecem a gestão democrática na esfera da educação pública.

#### PLANO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO – LEI DISTRITAL Nº 5.499, DE 2015

O Plano Distrital de Educação prevê promoção do princípio da gestão democrática da educação pública do Distrito Federal, por meio de estratégias de políticas nacionais.

**Art. 2º** *São diretrizes do PDE: [...]*  
*VII - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública do Distrito Federal, com participação efetiva da comunidade escolar e local nos conselhos escolares, e com a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;*

Veja o que dispõe a meta 19, do PDE:

**Meta 19:** *Até 1 (um) ano após a aprovação do PDE-DF, adequar a Lei de Gestão Democrática a este Plano Decenal, e aprovar, até 1 (um) ano de vigência do PDE, no Poder Legislativo, leis do Sistema Distrital de Educação e de Responsabilidade Educacional, em consonância com as orientações nacionais.*

O primeiro Plano Distrital de Educação (PDE) da história de Brasília foi instituído pela Lei nº 5.499, de 2015, e é a referência para o planejamento das ações da Secretaria de Estado de Educação (SEEDF), com período de vigência de 2015 a 2024. Ele estabelece objetivos e metas a serem alcançados no DF, em consonância com o preconizado no PNE.

#### Dica

O PDE é um plano que vale para quem vai atuar como professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal e costuma ser cobrado nas provas para o concurso.

#### LEI DE GESTÃO DEMOCRÁTICA – LEI DISTRITAL Nº 4.751, DE 2012

A Lei de Gestão Democrática do DF assegura princípios, tais como: participação, pluralismo, autonomia, transparência, qualidade social e democracia, assim como prevê mecanismos de democratização das unidades escolares (assembleia geral, conselho escolar, conselho de classe participativo, grêmios estudantil, construção coletiva do regimento escolar e do projeto político pedagógico), e também do Sistema (Fórum Distrital de Educação, Conferência Distrital de Educação, Conselho de Educação do DF, entre outros).

#### CONCEPÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICA E DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVA

Libâneo (2001) entende que a gestão democrática pode assumir dois enfoques: técnico-científico, ou científico-racional, e democrático-participativo.

TÉCNICO-CIENTÍFICA	DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVA
Expressa-se, por exemplo, no modelo de gestão da qualidade total, de caráter piramidal, com ênfase no poder centralizado, na divisão técnica do trabalho escolar, visando à racionalização do trabalho e à eficiência dos serviços escolares, além de dar maior importância às tarefas do que às pessoas	Envolve a “relação orgânica” entre direção e todos os outros segmentos da escola, primando por objetivos e decisões construídas coletivamente que, posteriormente, serão assumidas pelos membros em sua especificidade, de forma organizada e flexível

Fonte: Adaptado de Libâneo (2001).

Espera-se que a escola caminhe rumo à democracia, tendo em vista que a busca pela autonomia está no interior de cada indivíduo, em romper com alguns paradigmas e com a organização da própria sociedade. Para garantir a gestão democrática, é preciso que os sistemas de ensino garantam progressivos graus de autonomia às unidades escolares (pedagógica, administrativa e financeira).

#### A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA

A gestão democrática na escola pública é essencial para promover um ambiente educacional que reflète os princípios de igualdade e participação cidadã. Nesse contexto, a administração escolar deve ser conduzida de maneira transparente e inclusiva, envolvendo não apenas a equipe pedagógica, mas também os estudantes, pais e responsáveis e comunidade local.

A implementação de conselhos escolares, assembleias e reuniões periódicas são algumas das estratégias que possibilitam a participação ativa de todos os envolvidos, garantindo que as decisões sejam tomadas de forma colaborativa e democrática.

Além de fortalecer a cidadania, a gestão democrática na escola pública contribui significativamente para a melhoria da qualidade do ensino. Quando todos os membros da comunidade escolar participam do processo de gestão, as políticas e ações implementadas são mais alinhadas com as reais necessidades e expectativas dos estudantes.

Essa abordagem facilita a identificação de problemas e a busca por soluções efetivas, promovendo um ambiente de aprendizagem mais justo e eficiente. Ao valorizar a voz e a contribuição de cada indivíduo, a escola pública se torna um espaço de desenvolvimento integral, onde o respeito à diversidade e a construção coletiva do conhecimento são prioridades.

#### REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília: MEC, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação

Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 14 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 9 de janeiro de 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Planejando a próxima década**: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), 2014.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

OLIVEIRA, J. F. de; MORAES, K. N. de; DOURADO, L. F. **Gestão escolar democrática**: definições, princípios e mecanismos de implementação. s.d.

Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem\\_pedagogica/fev\\_2014/NRE/5gestao\\_escolar\\_democratica\\_definicoes\\_principios\\_mecanismo\\_implementacao.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2014/NRE/5gestao_escolar_democratica_definicoes_principios_mecanismo_implementacao.pdf). Acesso em 14 mar. 2022.

VEIGA, I. P. da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação e gestão: extraindo significados da base legal**. In: CEARÁ. SEDUC. **Novos Paradigmas de gestão escolar**. Fortaleza: Edições SEDUC, 2005, p. 7-20.

## TRABALHO ESCOLAR E TEORIAS ADMINISTRATIVAS

O trabalho escolar desempenhado pelos educadores é essencial para o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes. Os professores são responsáveis por planejar e executar atividades pedagógicas que promovam o aprendizado de maneira eficaz e significativa. Eles elaboram aulas, projetos e avaliações que visam estimular o pensamento crítico, a criatividade e a autonomia dos alunos. Além disso, os educadores fornecem feedback construtivo, ajudando os estudantes a identificar suas fortalezas e áreas de melhoria.

Os educadores também desempenham um papel fundamental na adaptação dos conteúdos e métodos de ensino para atender às necessidades individuais dos alunos, promovendo a inclusão e o respeito à diversidade. Utilizando diferentes estratégias de ensino, como trabalhos em grupo, atividades práticas e uso de tecnologias, objetivam tornar o aprendizado mais dinâmico e engajador.

Além disso, os professores atuam como mediadores no processo de ensino-aprendizagem, facilitando a comunicação e a interação entre os estudantes, e criando um ambiente de sala de aula colaborativo e acolhedor.

As teorias administrativas, por outro lado, oferecem diferentes abordagens para a gestão eficaz de organizações, incluindo instituições educacionais. No contexto escolar, a aplicação dessas teorias pode contribuir para um ambiente de aprendizado mais eficaz e colaborativo. A escolha e a combinação das teorias devem considerar a missão, visão e os objetivos educacionais da escola, bem como o perfil de seus alunos e professores.

Como afirma Sousa (2006, p. 48), as teorias administrativas também são chamadas de teorias das organizações ou teorias organizacionais. Para o autor:

*Elaboradas em momentos históricos distintos e para serem aplicadas em diversas organizações, como empresas, essas teorias acabaram repercutindo sobre a administração escolar.*

Vejam, então, algumas das principais teorias administrativas:

## I TEORIA CLÁSSICA

A Teoria Clássica, proposta por Henri Fayol, é uma abordagem administrativa que enfatiza a eficiência e a padronização das atividades dentro de uma organização. Essa teoria se baseia na divisão do trabalho, na hierarquia bem definida e em princípios administrativos claros.

Fayol identificou cinco funções principais da administração:

- planejar;
- organizar;
- comandar;
- coordenar; e
- controlar.

Cada uma dessas funções desempenha um papel crucial na estrutura organizacional, garantindo que as tarefas sejam realizadas de maneira ordenada e eficaz.

No contexto escolar, a Teoria Clássica pode ser aplicada para melhorar a gestão e a organização das atividades educacionais. A divisão do trabalho permite que cada educador e funcionário tenha funções e responsabilidades bem definidas, promovendo a especialização e aumentando a produtividade.

A hierarquia clara facilita a comunicação e o fluxo de informações, assegurando que as decisões sejam tomadas de maneira rápida e eficiente. Além disso, o controle e a supervisão contínua das atividades escolares ajudam a manter a qualidade do ensino e a alcançar os objetivos educacionais estabelecidos.

A Teoria Clássica oferece uma estrutura sólida para a administração escolar, focando na eficiência, na clareza das funções e na eficácia das operações, contribuindo para um ambiente educacional mais organizado e produtivo.

## I TEORIA DAS RELAÇÕES HUMANAS

A Teoria das Relações Humanas, desenvolvida por Elton Mayo, surgiu como uma resposta às limitações das abordagens tradicionais da administração, que se concentravam excessivamente na eficiência e na padronização. Essa teoria destaca a importância do bem-estar, da motivação e das relações interpessoais no ambiente de trabalho.

Mayo conduziu uma série de estudos, conhecidos como Experimentos de Hawthorne, que demonstraram que fatores sociais e emocionais influenciam significativamente a produtividade dos trabalhadores.

No contexto escolar, a aplicação da Teoria das Relações Humanas pode transformar o ambiente educacional, tornando-o mais acolhedor e colaborativo. Os professores, ao serem incentivados e valorizados, tendem a demonstrar maior satisfação no trabalho, o que se reflete em um ensino mais engajado e eficaz.

Além disso, a teoria sugere que a atenção às necessidades emocionais e sociais dos alunos é fundamental para o seu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Um ambiente escolar que promove boas relações interpessoais entre alunos, professores e funcionários contribui para um clima positivo, em que todos se sentem parte integrante e valorizada da comunidade escolar.

A Teoria das Relações Humanas também enfatiza a importância da comunicação aberta e da participação ativa na tomada de decisões. Isso pode ser implementado nas escolas por meio de reuniões regulares, feedbacks contínuos e incentivos à colaboração entre todos os membros da comunidade escolar.

Ao valorizar e atender às necessidades emocionais e sociais de professores e alunos, a escola cria um ambiente propício para o aprendizado, onde a motivação e a satisfação impulsionam o sucesso acadêmico e o desenvolvimento integral dos estudantes.

## I TEORIA DA BUROCRACIA

A Teoria da Burocracia, proposta por Max Weber, é uma abordagem administrativa que enfatiza a importância de regras claras, procedimentos formalizados e uma estrutura organizacional rígida.

Weber acreditava que a burocracia era a forma mais eficiente e racional de organizar o trabalho, uma vez que ela minimiza a influência das emoções e das relações pessoais, garantindo que as decisões sejam tomadas com base em normas objetivas e imparciais.

Essa teoria propõe uma hierarquia bem definida, em que cada posição tem responsabilidades específicas e o poder de decisão é distribuído de forma estratificada.

No contexto escolar, a aplicação da Teoria da Burocracia pode trazer benefícios significativos em termos de organização e eficiência. A estrutura hierárquica clara e bem definida facilita a comunicação e a delegação de tarefas, assegurando que cada membro da equipe escolar saiba exatamente quais são suas responsabilidades e a quem deve se reportar.

As regras e procedimentos padronizados garantem que todas as atividades escolares, desde o planejamento das aulas até a avaliação dos alunos, sejam realizadas de maneira consistente e transparente.

Além disso, a Teoria da Burocracia ajuda a estabelecer um ambiente de previsibilidade e estabilidade, onde as expectativas são claras e os processos são seguidos rigorosamente. Isso pode contribuir para uma gestão escolar mais eficiente, minimizando ambiguidades e conflitos.

No entanto, é importante que a escola encontre um equilíbrio, evitando excessos de rigidez que possam inibir a criatividade e a flexibilidade necessárias para atender às diversas necessidades dos alunos e da comunidade escolar.

Em suma, a Teoria da Burocracia oferece uma base sólida para a administração escolar, focando na ordem, na disciplina e na eficiência dos processos organizacionais.

## I TEORIA CONTINGENCIAL

A Teoria Contingencial é uma abordagem administrativa que sugere que não existe uma única melhor maneira de gerir uma organização; em vez disso, a eficácia da gestão depende das variáveis e circunstâncias

específicas de cada situação. Desenvolvida a partir dos estudos de diversos teóricos, essa teoria propõe que a estrutura e as práticas organizacionais devem ser adaptadas às condições do ambiente externo, à tecnologia utilizada, ao tamanho da organização e às características das pessoas que a compõem.

No contexto escolar, a Teoria Contingencial é particularmente relevante, pois reconhece que cada escola possui suas próprias necessidades e desafios únicos. Aplicar essa teoria implica que a administração escolar deve ser flexível e adaptável, ajustando suas estratégias de gestão e ensino conforme as demandas específicas dos alunos, da comunidade e do ambiente educacional. Por exemplo, uma escola localizada em uma área urbana pode enfrentar desafios diferentes daqueles encontrados em uma escola rural, exigindo abordagens de gestão distintas para atender de maneira eficaz às suas respectivas comunidades.

Além disso, a Teoria Contingencial destaca a importância de avaliar constantemente o contexto interno e externo da escola para tomar decisões informadas e estratégicas. Isso pode envolver a análise de fatores como recursos disponíveis, políticas educacionais, necessidades dos alunos e expectativas dos pais e da comunidade.

Ao adotar uma abordagem contingencial, a gestão escolar torna-se mais dinâmica e responsiva, capaz de implementar soluções personalizadas que melhoram a qualidade do ensino e promovem um ambiente de aprendizagem mais eficaz e inclusivo.

Em resumo, a Teoria Contingencial oferece uma visão prática e adaptativa da administração escolar, reconhecendo que a flexibilidade e a capacidade de resposta às mudanças são essenciais para o sucesso educacional.

### Dica

Para saber mais sobre o tema, recomendamos a leitura da obra *Trabalho Escolar e Teorias Administrativas* (2006), de José Vieira Sousa.

### REFERÊNCIAS

SOUSA, J. V. *Trabalho Escolar e Teorias Administrativas*. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

## ROTINAS ADMINISTRATIVAS EDUCACIONAIS

As rotinas administrativas educacionais são essenciais para garantir o funcionamento eficiente e organizado das instituições de ensino. Essas rotinas englobam uma série de atividades e processos que são executados de maneira sistemática e contínua para assegurar que todos os aspectos administrativos da escola estejam em ordem.

Entre as **principais tarefas** estão o planejamento, a organização, a execução e o controle de diversas operações, como matrículas, registros acadêmicos, gestão financeira, manutenção de instalações, comunicação e suporte aos processos pedagógicos.

Um dos **componentes fundamentais** das rotinas administrativas é a gestão de matrículas e registros acadêmicos. Esse processo envolve a inscrição

de novos alunos, a atualização de dados cadastrais, a manutenção de históricos escolares e a emissão de documentos como boletins e certificados. A precisão e a organização desses registros são essenciais para garantir a transparência e a confiabilidade das informações educacionais.

Outra área importante é a **gestão financeira**, que inclui a elaboração do orçamento escolar, o controle de despesas, a administração de receitas e a prestação de contas. Uma gestão financeira eficiente é essencial para garantir que os recursos disponíveis sejam utilizados de forma adequada e sustentável, permitindo o investimento contínuo na qualidade do ensino e na infraestrutura da escola.

As rotinas administrativas também abrangem a **manutenção** das instalações e equipamentos escolares. Isso envolve a supervisão de serviços de limpeza, segurança, reparos e conservação dos prédios e áreas comuns. Manter um ambiente escolar seguro e bem cuidado é fundamental para o bem-estar de alunos, professores e funcionários, além de contribuir para um ambiente propício ao aprendizado.

A **comunicação eficaz** é outro aspecto vital das rotinas administrativas educacionais. As escolas precisam estabelecer canais de comunicação claros e eficientes com pais, alunos, professores e a comunidade em geral. Isso inclui a gestão de informações através de boletins informativos, reuniões, redes sociais e plataformas digitais.

Por fim, o **suporte aos processos pedagógicos** é uma parte essencial das rotinas administrativas. Isso inclui o fornecimento de materiais didáticos, a organização de horários de aulas, o apoio logístico para atividades extracurriculares e a coordenação de eventos escolares.

Ao garantir que todas essas áreas estejam bem geridas, a administração escolar contribui para um ambiente educacional mais eficiente, organizado e focado no sucesso dos alunos.

## CENSO ESCOLAR

O censo escolar faz o levantamento das informações relativas a todas as etapas da educação básica por meio de um questionário padronizado que fornecerá informações de suma importância para o desenvolvimento de políticas educacionais. Como exemplo, as características dos alunos e funcionários de cada unidade escolar, as condições das instalações escolares, os equipamentos presentes na escola etc.

### SISTEMA EDUCACENSO

De acordo com o Ministério da Educação (s.d.),

*O Educacenso é uma radiografia detalhada do sistema educacional brasileiro. A ferramenta permite obter dados individualizados de cada estudante, professor, turma e escola do país, tanto das redes públicas (federal, estaduais e municipais) quanto da rede privada. Todo o levantamento é feito pela internet. A partir dos dados do Educacenso, é calculado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e planejada a distribuição de recursos para alimentação, transporte escolar e livros didáticos, entre outros.*